



SINAGA

SOCIEDADE DE INDUSTRIAS AGRICOLAS AÇUCARIAS S.A.



RELATÓRIO E  
CONTAS

2017





Two handwritten signatures in blue and black ink, located in the top right corner of the page.

## Índice

<b>Informação Geral</b>	<b>3</b>	
Outros	4	
<b>Relatório de Gestão</b>	<b>5</b>	
<b>Balanço Demonstração de Resultados e Notas Explicativas</b>	<b>17</b>	<u>2</u>
Demonstrações Financeiras	18	
Anexos às Demonstrações Financeiras	23	
<b>Relatório e Parecer do Fiscal Único</b>	<b>65</b>	
<b>Certificação Legal das Contas</b>	<b>68</b>	



A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'José', located in the top right corner of the page.

## Informação Geral

3





A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Gabriel', with a large flourish above it.

## Órgãos Sociais

Os órgãos sociais à data do encerramento do exercício eram os seguintes:

### Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Susana Margarida de Oliveira Viveiros Simões  
Secretário: Diana Rosa Ávila Valadão  
Secretário: Maria do Sameiro Miranda Amaral Mesquita Gabriel

### Conselho de Administração

Presidente: Paulo Manuel Leite Sousa Neves  
Vogal: Rui Carlos Terra Maciel  
Vogal: André Rodrigues Bonança

4

### Conselho Fiscal

Presidente: Duarte Giesta & Associado SROC, Lda., representada pelo Dr. Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Vogal: Fernando Roberto Arruda Azeredo Pontes  
Vogal: Celestina Filomena Gonçalves Oliveira  
ROC Suplente: Leopoldo Alves & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC nº 319)



*[Handwritten signature]*

# Relatório de Gestão

5



**Senhores Acionistas,**

Em cumprimento do disposto no artigo 66º do CSC e nos estatutos da empresa, e após conclusão do exercício económico de 2017, o Conselho de Administração que tomou posse no dia 01 de fevereiro de 2016 vem apresentar o relatório e contas da sociedade, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### **Análise da Conjuntura**

O ano de 2017, marca claramente uma alteração do paradigma existente no mercado do Açúcar, por via, do fim das quotas de produção estabelecidas em setembro de 2017.

Tal facto, condicionou todo o mercado e particularmente o seu nível de preços, dado que à medida que se aproximava a data do fim das quotas, o nível de preços era ajustado em baixa, pois a expectativa de produção maciça de beterraba sacarina na Europa do centro e Norte, assim o determinou.

Esta situação, teve um impacto negativo na empresa pois para além de se manter a décalage entre os custos de produção e o preço médio de venda, foi necessário negociar com o Fornecedor de Açúcar, novos contratos de fornecimentos, sendo que tal situação, foi dificultada pelo elevado saldo em dívida em conta corrente.

6

Em 2017, o acesso ao crédito, foi praticamente nulo sendo que com a baixa dos "spreads" praticados, a manutenção da Euribor em níveis negativos e a renegociação com a banca de alguns financiamentos, proporcionou a manutenção do nível de custos financeiros da empresa, com a ressalva de que alguns financiamentos passaram o ano em incumprimento.

O preço de petróleo e respetivos impostos é um outro fator extremamente importante quando ao nível industrial se fala da eficiência energética. Durante o ano de 2017, o preço do FUEL esteve estabilizado e a empresa beneficiou também da aquisição de novo tipo de FUEL OIL, mais barato e de melhor qualidade, pois sendo menos viscoso, proporciona, melhor manutenção dos equipamentos.

A nível regional, o incremento excepcional do fluxo turístico, teve como consequência um aumento de vendas significativo do açúcar de valor acrescentado, mormente as saquetas de açúcar.

### **A evolução da gestão:**

No sector Agrícola a área cultivada no ano de 2017 foi de 106,38 ha, ou seja, aumentou em 9,88% relativamente ao ano transato, distribuída por 59 cultivadores, mas muito aquém da área considerada mínima para justificar a produção de beterraba sacarina, na Ilha de São Miguel.





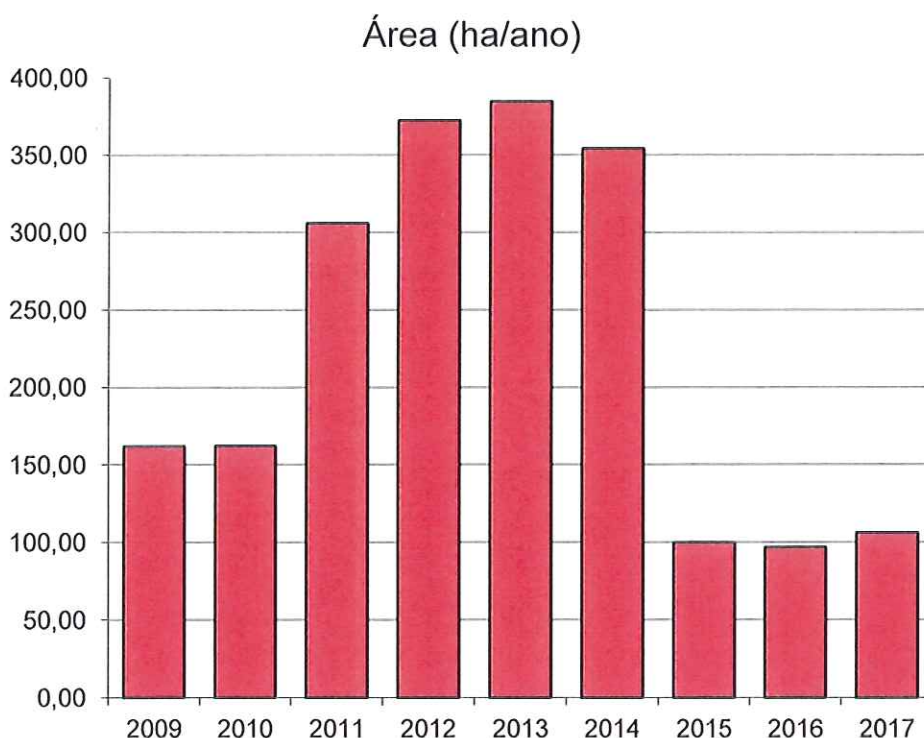
*Handwritten signature*

O ano foi muito favorável em termos meteorológicos e possibilitou que a cultura se desenvolvesse muito bem, para os parâmetros existentes na Sinaga, sendo que a produtividade em 2017, foi a melhor em 111 anos de cultivo de beterraba nesta ilha e cifrou-se nas 61,6 toneladas por hectare. Foram entregues na Fábrica, na Rua de Lisboa, a quantidade total de 6.549,610 toneladas de beterraba, em condições bastante razoáveis.

A tal desiderato, não é alheio, a componente meteorológica, mas também a contínua melhoria na preparação dos terrenos e tratamento da cultura ao longo do período de maturação.

Os Serviços Agrícolas, prestam um serviço de aconselhamento técnico aos cultivadores, que deve ser assinalado e que proporcionou para muitos cultivadores, elevadas produtividades.

O gráfico abaixo discrimina as áreas cultivadas pela SINAGA desde 2009.





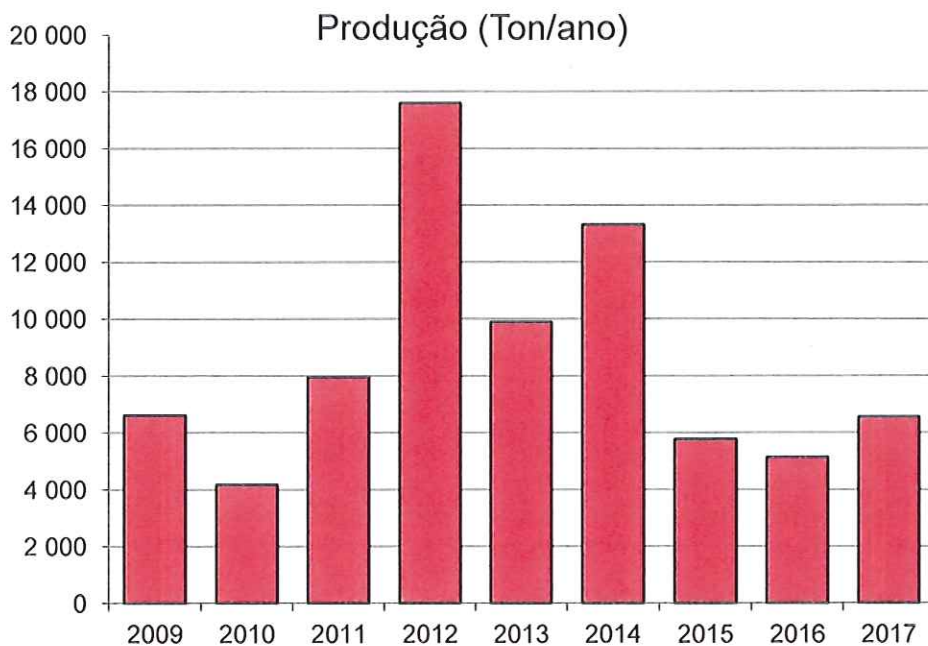


*21 de out*  
*[Signature]*

O Gráfico que se segue discrimina as produtividades médias da cultura da beterraba desde 2009.

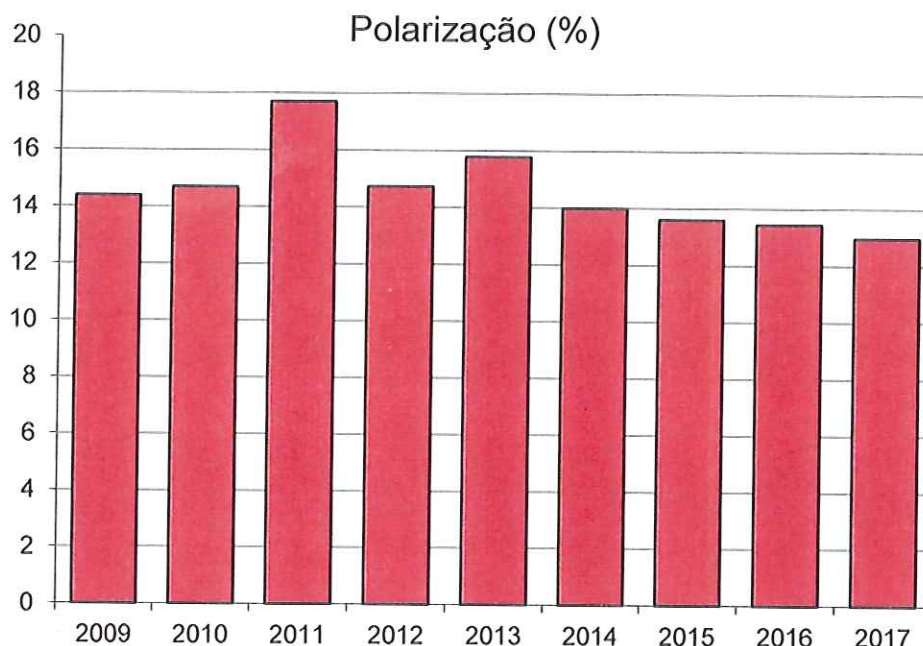


O gráfico que se segue, detalha as quantidades que deram entrada na Fábrica para transformação.





A variável da polarização foi claramente penalizada pelas chuvadas, no período entre a última sondagem e o início da campanha, pois a mesma teve um decréscimo de 1,55% durante esse período.



9

Face à ausência de problemas na Fábrica, foi possível, mantermos um ritmo de colheita de beterraba, adequado às necessidades do setor produtivo, entrando em média na Fábrica, 584 toneladas de beterraba por dia.

No dia 31 de outubro, foi comunicado aos colaboradores o plano delineado pelo Conselho de Administração da Sinaga e aprovado pelo acionista onde está previsto a suspensão da produção local de beterraba sacarina, justificado com a instabilidade provocada pelo fim das quotas de produção e a atual falta de dimensão que a cultura tem no tecido agrícola Micaelense.

A consequência direta desta decisão foi a imediata desativação do departamento dos Serviços Agrícolas, iniciando-se desde logo um processo de reencaminhamento dos colaboradores desse setor e a venda do equipamento agrícola da empresa que se encontra obsoleto.

Na componente fabril, a campanha, iniciou-se no dia 21 de agosto e terminou no dia 05 de setembro. Durante este período, a laboração correu de forma bastante satisfatória.

A qualidade da beterraba, traduziu-se num aumento do coeficiente de pureza do suco de difusão e consequentemente em melhor índice de extração e produção de açúcar.





A ausência de problemas significativos na Produção, são a evidência dos investimentos efetuados nos últimos anos na manutenção e renovação dos equipamentos.

O bom ritmo de trabalho evidenciado, bem como a segurança e praticamente ausência de erros individuais de monta, são também consequência da formação exaustiva efetuada junto dos colaboradores nos últimos anos.

Este aumento de eficiência, consubstanciado numa redução dos custos de produção diretos associados à laboração de beterraba, de 30%, mostra que a cultura de exigência e de melhoria contínua deram os seus frutos.

O consultor técnico Eng. Miloslav Farkas, da empresa checa Farkas Technologies esteve presente na campanha e pôde comprovar a melhoria em todos os vetores, evidenciada.

Conforme já salientado a alteração do FUEL OIL utilizado e a respetiva afinação das caldeiras, proporcionou em termos relativos um valor de 0.6 kg de Fuelóleo para produção de 1 kg açúcar, valor mais baixo desde 2007 e que atesta o bom desempenho nesta área.

10

Apesar do bom ano, em termos industriais, é um facto inequívoco que os equipamentos do setor produtivo, demasiado gastos e obsoletos, não garantem os níveis mínimos de eficiência standard do setor e esse foi um dado muito importante no reporte efetuado ao acionista da Sinaga.

O atrás referido anúncio da suspensão da produção de beterraba tem nesta área, particular impacto, pois não só foi de imediato desativado o Departamento da Produção, como também foi reduzido ao mínimo os Serviços de Manutenção.

Paralelamente, foi de imediato iniciado um processo de cedência temporária dos colaboradores excedentários, para outros locais da Administração Pública, processo que está a decorrer normalmente e com a concordância dos colaboradores, emagrecendo assim o quadro de pessoal da Sinaga e adaptando-o à nova realidade.

Os processos de transferência dos colaboradores começaram a ser concluídos durante o mês de dezembro permitindo assim que um grupo significativo de colaboradores iniciassem funções nos seus novos postos de trabalho logo no início de janeiro, sendo que um segundo grupo de colaboradores está previsto iniciarem funções em fevereiro nos seus novos postos de trabalho. Ainda existem alguns colaboradores em que o processo de cedência não está concluído.

Comercialmente, o ano de 2017 ficou muito condicionado pela dificuldade no abastecimento de matéria-prima, dadas as dificuldades contínuas de tesouraria que a empresa atravessa, e de logística, em conseguir trazer em tempo útil a mercadoria para fornecimento.



Pelo segundo ano consecutivo, vendemos os direitos de produção da quota da Sinaga a empresa espanhola, facto que apresenta uma mais-valia de cerca de 0,5 ME.

Abaixo apresentamos uma Demonstração de Resultados excluindo este negócio extra de forma a se poder melhor comparar a evolução de 2016 para 2017.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	17	2 758 614,76	3 120 290,13
Subsídios à exploração	18	1 264 755,97	875 653,17
Variação nos inventários da produção	9	(74 815,64)	(169 298,79)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(2 514 046,11)	(2 869 287,34)
Fornecimentos e serviços externos	19	(495 277,65)	(631 386,09)
Gastos com o pessoal	20	(1 258 137,09)	(1 390 579,11)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9	(132 159,30)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-	(18 203,24)
Aumentos/reduções de justo valor	24	190,86	698,53
Outros rendimentos	21	536 309,28	180 415,74
Outros gastos	22	(284 352,50)	(254 473,47)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>(198 917,42)</b>	<b>(1 156 170,47)</b>

11

A marca Sinaga, continua a ser um ativo muito válido e a preferência dos consumidores açorianos assim o demonstra e a associação à "Marca Açores" uma valorização importante e imprescindível na penetração de outros mercados.

Assim e se excetuarmos o negócio da venda de direitos de produção, verifica-se um decréscimo de 11%, nas vendas de açúcar e de 5% nas vendas do álcool.

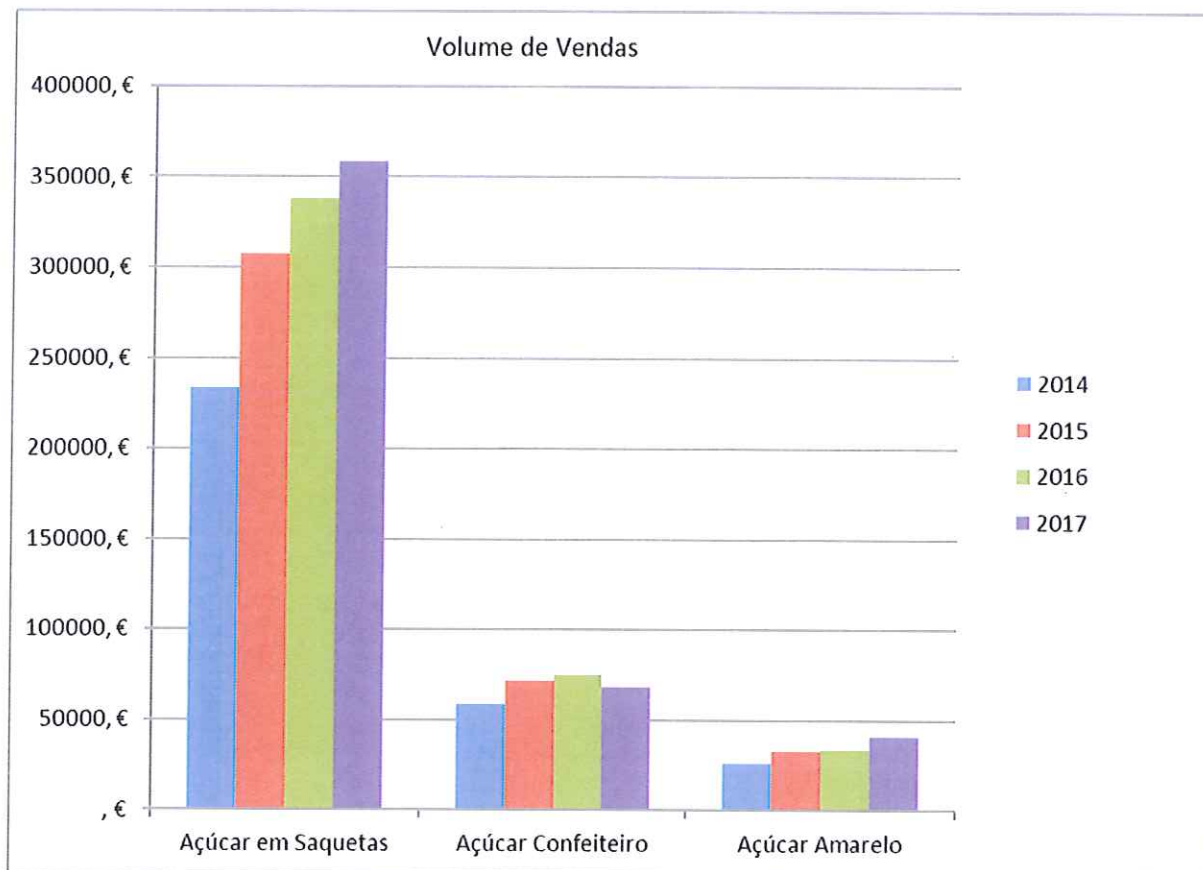
Este decréscimo é explicado por dois motivos, com o fim das quotas e a conseqüente redução do preço de açúcar nos mercados internacionais a Sinaga teve que refletir esse decréscimo no preço dos seus produtos no mercado regional condicionando assim o VN, em segundo lugar tivemos uma quebra de vendas do açúcar a granel para o Continente e R.A. da Madeira, pois os clientes conseguiram face à descida dos preços e volatilidade dos mesmos contratualizar fornecimentos mais vantajosos com outros operadores do que os propostos pela Sinaga.

Mesmo assim, salientamos o aumento das vendas dos produtos de valor acrescentado, com particular incidência nas saquetas de açúcar 6% e açúcar com canela 40%. O Açúcar com Canela é um produto único no mercado nacional tendo sido lançado o ano passado pela Sinaga e no qual temos registados níveis de aceitação muito satisfatórios, o que nos permite prever a continuação da margem de progressão na comercialização deste produto.





*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Abel' or similar.*



12

Há no entanto, a perspetiva, face à contratualização efetuada no final do ano na compra de açúcar, de retomar o fornecimento no continente e R.A. Madeira permitindo assim fornecer alguns clientes do canal HORECA

#### Conclusões e evolução previsível da sociedade:

O momento da Laboração de beterraba sacarina, condiciona e afeta toda a performance económica da empresa, e neste ano em particular a mesma teve grande relevância pois a boa performance agrícola e industrial foi o principal fator para que a Sinaga SA, apresentasse Resultados Operacionais positivos, facto quase inédito e cuja exceção remonta a 2005.

Para tal realização, melhoria dos resultados operacionais em 1.083 ME, além da boa performance na Laboração de beterraba com uma diminuição dos custos de produção em 30%, a venda dos direitos de produção a empresa espanhola e um aumento dos Subsídios à exploração recebidos, foram os principais fatores.

Salienta-se também, a redução dos gastos com pessoal em 10% e das rubricas dos FSE em 21,5%.



O Conselho de Administração, tem assistido ao decaimento gradual do contencioso da empresa, nomeadamente de processos datados de 2004 e 2005, que têm condicionado a relação com a AT e a tesouraria da empresa.

Chegou-se a acordo com a AT, relativamente ao plano prestacional de pagamentos de um processo no valor total de 2ME, ficando, no entanto, a Sinaga com o ônus de prestar garantia sobre o mesmo. Tal situação ficará resolvida com a hipoteca voluntária do prédio cedido pela R.A.A., sendo essencial resolver esta questão face a todos os constrangimentos que tem para a Sinaga, nomeadamente nos recebimentos dos clientes do setor público, inscrição na plataforma do POSEI, relacionamento com a Banca, etc.

No entanto, a decisão do acionista da Sinaga, Governo Regional dos Açores, de suspender a produção de beterraba sacarina, é sem dúvida o facto mais relevante da atividade da empresa em 2017.

Tal decisão baseou-se no extenso e detalhado relatório que o Conselho de Administração disponibilizou ao decisor e que evidencia alguns fatores de risco, os quais, em nosso entender não justificam a continuação da produção de beterraba sacarina nesta altura.

13

A falta de dimensão da área cultivada evidenciando a perceção de que o setor agrícola regional vai nesta altura unicamente no sentido da Lavoura, uma Fábrica com problemas de segurança no trabalho e equipamentos desajustados aos índices de eficiência do setor, bem como um quadro de pessoal de idade avançada e com pouca formação, um contencioso com risco elevado de decaimento e acima de tudo o anunciado fim das quotas que originou uma descida dramática dos preços do setor do açúcar, a nível mundial, são os sustentáculos desta decisão.

Neste novo modelo de negócio, de pura comercialização, é importante a perceção, especialmente do acionista de que a liquidez da empresa terá que ser sólida, pois a capacidade de negociação e de adaptação será essencial nesta fase de transição, pois a impossibilidade de fornecimento normal aos nossos clientes resultará em perda de quota de mercado.

A marca Sinaga continua a ser uma marca de referência nos consumidores açorianos e o incremento do fluxo turístico a que se tem assistido, é uma oportunidade a aproveitar, desde logo, pelo aumento prospetivado de produtos de valor acrescentado, como por exemplo as saquetas de açúcar e o açúcar confeiteiro.

As renegociações dos contratos de compra de açúcar, com o atual fornecedor e com mais dois fornecedores alternativos, abrem ótimas perspectivas de negócio, sendo certo que como já





referido a capacidade de negociação e adaptação são fundamentais para a Sinaga se impor enquanto vendedor de Açúcar.

Em dezembro de 2017, a Sinaga, passou a ser detida diretamente pela R.A.A. e nessa mesma deliberação, o Governo Regional cedeu à Sinaga prédio Urbano de VPT no valor de 2.870 ME, para aumento de capital em espécie. Esta operação, para além de dar algum conforto relativamente à questão do artigo 35º do CSC, permite também a regularização da situação com a Autoridade Tributária, pois o prédio servirá como garantia para os planos prestacionais em curso.

Nessa perspetiva, o prédio servirá também para libertar as hipotecas/penhoras existentes, quer no prédio do Mato da Correa, quer no prédio da Casa da Balança, para futura alienação.

O Conselho de Administração, pretende durante o ano de 2018, começar a alienar património, nomeadamente efetivando negócios, já estabelecidos, de modo a poder minorar o passivo bancário.

14

#### **O contencioso em curso:**

O contencioso pendente na empresa é na sua totalidade proveniente do passado e ascende a um montante global de 1.970.957,25 euros, que em caso de decaimento poderá comportar encargos para a empresa no valor de 2.373.730,53 euros.

#### **Os detentores do capital:**

Pela Resolução do Conselho do Governo dos Açores n.º 134/2017 de 6 de dezembro de 2017, entendeu o Governo Regional dos Açores, passar a deter diretamente os 100% da participação pública do capital social da Sinaga, ao invés de indiretamente, via Ilhas de Valor SA.

Paralelamente, mandou representante da RAA, para aprovar em sede de Assembleia Geral o aumento de capital em espécie, através da cedência a título gratuito de Prédio Urbano, localizado em Capelas, cujo valor patrimonial é de 2.870.324,93€ (dois milhões, oitocentos e setenta mil, trezentos e vinte quatro euros e noventa e três cêntimos).

Após esta operação, o Capital Social da Sinaga, terá o valor 5.623.320€, representado por 1.124.664 ações com o valor nominal de 5€, todas realizadas.

Nos termos dos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração e do Conselho fiscal não detinham ações da empresa à data do encerramento das contas, nem detiveram durante todo o exercício de 2015.



#### **As políticas de gestão de riscos financeiros:**

Durante o ano de 2017 as taxas de referencia do Banco Central Europeu continuam a níveis historicamente baixos beneficiado assim a Sinaga uma vez a empresa se encontra muito alavancada e qualquer variação nos indexantes têm repercussões significativas nos juros a pagar.

Durante o ano de 2017 foram renegociados alguns financiamentos de forma a prorrogar os seus períodos de carência de amortização de capital, bem como, de condições mais vantajosas das que estavam em vigor.

A Sinaga continua com um controlo rigoroso sobre os créditos concedidos aos clientes, bem como, os prazos de pagamento desses mesmos créditos de forma a minimizar o impacto negativo que possam ter na tesouraria da empresa.

#### **Balanço Social**

15

Em 31 de dezembro de 2017 o número de trabalhadores efetivos da empresa era de 71, encontrando-se 4 colaboradores em situação de baixa médica há mais de um ano. Existem, no entanto, mais 4 funcionários contratados a termo certo, de forma a colmatar as necessidades excecionais da atividade da empresa em determinados períodos.

Durante o ano de 2017, foram 3 colaboradores para a reforma, sendo dois para a reforma por invalidez e foram despedidos dois colaboradores com justa causa.

Refira-se ainda que durante o ano de 2017, a Sinaga, recorreu também a Programas do Governo Regional dos Açores de ocupação de desempregados, mormente durante o período de Laboração de beterraba, onde, por via de se trabalhar 24 horas sobre 24 horas foi necessário o reforço pontual do quadro de pessoal disponível.

A SINAGA, assegurou com regularidade e normalidade durante o ano de 2017 os gastos com benefícios pós-emprego num montante total de 8.624,96 €, referentes a complementos de reforma e doença, considerando já o recálculo dos complementos de reforma concedidos aos ex-funcionários de acordo com a cláusula 46ª do Acordo da Empresa, o que resultou numa diminuição substancial das responsabilidades da empresa.

Em 2018, e uma vez que a Sinaga passará a operar unicamente em regime de comercialização de açúcar e derivados, o seu quadro de pessoal será adaptado, através das cedências de





interesse público, do pessoal excedentário, sendo certo que a previsão será de continuarem 23 colaboradores.

### Aplicação de resultados

No exercício de 2017, apurou-se um prejuízo de 821.535,07 euros, que o Conselho de Administração propõe que seja mantido em resultados transitados, assumindo, desse modo, a situação líquida da empresa um valor de 1.104.582,63 euros.

Ponta Delgada, 31 de janeiro de 2018

O Conselho de Administração



*Paul A*  
*[Signature]* *[Signature]*

# BALANÇO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E NOTAS EXPLICATIVAS

17



*[Handwritten signatures in blue ink]*

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18



SINAGA

BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

*Brasil*  
*Germany*

Rubricas	Notas	2017	2016
<b>ATIVO:</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	20,368,078.90	20,592,387.48
Ativos intangíveis	8	192,000.00	216,000.00
Outros investimentos financeiros	24	1,409,342.83	1,408,719.26
		<u>21,969,421.73</u>	<u>22,217,106.74</u>
<b>Ativo corrente:</b>			
Inventários	9	1,639,034.72	1,878,579.56
Clientes	10	1,722,768.80	2,095,740.82
Estado e outros entes públicos	11	548,277.15	457,396.80
Capital subscrito e não realizado	6 e 13	2,870,320.00	630,000.00
Outros créditos a receber	10	321,504.25	206,379.52
Diferimentos	12	6,600.95	11,032.27
Caixa e depósitos bancários	4	83,972.68	67,701.69
		<u>7,192,478.55</u>	<u>5,346,830.66</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u><b>29,161,900.28</b></u>	<u><b>27,563,937.40</b></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital subscrito	13	5,623,320.00	2,753,000.00
Outros instrumentos de capital próprio	13	-	2,034,131.67
Reservas legais	13	112,394.78	112,394.78
Outras reservas	13	698,720.93	698,720.93
Resultados transitados	13	(22,458,801.81)	(21,022,034.22)
Excedentes de revalorização	13	7,030,468.34	7,050,436.34
Outras variações no capital próprio	13	10,920,015.46	10,961,468.67
		<u>1,926,117.70</u>	<u>2,588,118.17</u>
Resultado líquido do período		(821,535.07)	(1,864,224.85)
<b>Total do Capital Próprio</b>		<u><b>1,104,582.63</b></u>	<u><b>723,893.32</b></u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Estado e outros entes públicos	11	3,115,672.07	1,121,541.58
Financiamentos obtidos	16	18,150,503.00	18,629,705.57
Passivos por impostos diferidos	14	32,256.00	46,487.98
		<u>21,298,431.07</u>	<u>19,797,735.13</u>
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	15	2,667,433.44	2,296,396.30
Estado e outros entes públicos	11	821,206.50	1,953,303.99
Financiamentos obtidos	16	2,473,955.01	2,080,620.70
Outras dívidas a pagar	15	796,291.63	711,987.96
		<u>6,758,886.58</u>	<u>7,042,308.95</u>
<b>Total do Passivo</b>		<u><b>28,057,317.65</b></u>	<u><b>26,840,044.08</b></u>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<u><b>29,161,900.28</b></u>	<u><b>27,563,937.40</b></u>

Contabilista Certificado

*Lúcia Maria Brasil Eves*

O Conselho de Administração

*João Pedro Monteiro*  
*R. Paulo Lima Brasil*  
*André Germany*





DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	17	7,366,084.76	7,791,460.13
Subsídios à exploração	18	1,264,755.97	875,653.17
Variação nos inventários da produção	9	(74,815.64)	(169,298.79)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(6,651,366.11)	(7,063,807.34)
Fornecimentos e serviços externos	19	(495,277.65)	(631,386.09)
Gastos com o pessoal	20	(1,258,137.09)	(1,390,579.11)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9	(132,159.30)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-	(18,203.24)
Aumentos/reduções de justo valor	24	190.86	698.53
Outros rendimentos	21	536,309.28	180,415.74
Outros gastos	22	(284,352.50)	(254,473.47)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>271,232.58</b>	<b>(679,520.47)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(242,828.90)	(361,471.23)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>28,403.68</b>	<b>(1,040,991.70)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	23	85,112.73	99,153.17
Juros e gastos similares suportados	23	(938,544.03)	(926,418.32)
<b>Resultado antes de impostos (EBT)</b>		<b>(825,027.62)</b>	<b>(1,868,256.85)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14	3,492.55	4,032.00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(821,535.07)</b>	<b>(1,864,224.85)</b>

20

Contabilista Certificado

Lucia Maria Bacsil Enes

O Conselho de Administração

*[Handwritten signature]*  
R. António da Silva  
*[Handwritten signature]*

Abaixo apresentamos uma demonstração de resultados excludo a operação de venda dos direitos de produção de forma a ser possível proceder à comparação com o ano de 2016 sem o efeito extraordinário.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	17	2 758 614,76	3 120 290,13
Subsídios à exploração	18	1 264 755,97	875 653,17
Variação nos inventários da produção	9	(74 815,64)	(169 298,79)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(2 514 046,11)	(2 869 287,34)
Fornecimentos e serviços externos	19	(495 277,65)	(631 386,09)
Gastos com o pessoal	20	(1 258 137,09)	(1 390 579,11)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9	(132 159,30)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-	(18 203,24)
Aumentos/reduções de justo valor	24	190,86	698,53
Outros rendimentos	21	536 309,28	180 415,74
Outros gastos	22	(284 352,50)	(254 473,47)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>(198 917,42)</b>	<b>(1 156 170,47)</b>



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2017 e 2016

Rubricas	Capital Substituto	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
<b>13 POSIÇÃO EM 01-01-2016</b>	1.853.000,00	-	112.394,78	698.720,93	16.286.151,40	11.002.921,88	7.110.724,34	3.430.135,13	1.061.475,40
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Aplicação dos resultados					(3.430.135,13)			3.430.135,13	
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					24.000,00		(24.000,00)		
Realização do excedente de revalorização					(4.032,00)	8.370,36	(36.288,00)		(31.949,64)
Excedentes de revalorização					(1.325.715,69)	(49.823,57)			(1.375.539,26)
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(4.735.882,82)	(41.453,21)	(60.288,00)	2.034.951,91	(1.407.488,90)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								(1.864.224,85)	(1.864.224,85)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>								(1.864.224,85)	(3.271.713,75)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Realizações de capital	900.000,00	2.034.131,67							900.000,00
Outras operações	900.000,00	2.034.131,67							2.034.131,67
<b>13 POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2016</b>	2.753.000,00	2.034.131,67	112.394,78	698.720,93	(21.022.034,22)	10.961.468,67	7.050.436,34	(1.864.224,85)	723.893,32
<b>13 POSIÇÃO EM 01-01-2017</b>	2.753.000,00	2.034.131,67	112.394,78	698.720,93	(21.022.034,22)	10.961.468,67	7.050.436,34	(1.864.224,85)	723.893,32
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Aplicação dos resultados					(1.864.224,85)			1.864.224,85	
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					24.000,00		(24.000,00)		
Realização do excedente de revalorização					(4.032,00)	8.370,36	(36.288,00)		(31.949,64)
Excedentes de revalorização					(1.325.715,69)	(49.823,57)			(1.375.539,26)
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(4.735.882,82)	(41.453,21)	(60.288,00)	2.034.951,91	(1.407.488,90)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								(1.864.224,85)	(1.864.224,85)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>								(1.864.224,85)	(3.271.713,75)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Aumentos de capital	2.870.320,00	(2.034.131,67)							2.870.320,00
Outras operações	2.870.320,00	(2.034.131,67)							(2.034.131,67)
<b>13 POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2017</b>	5.623.320,00	-	112.394,78	698.720,93	(22.458.801,81)	10.920.015,46	7.030.468,34	(821.535,07)	1.104.582,63

*Handwritten signature*

*Luísa Maria Brasil Eves*



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		8 122 557,14	8 706 336,67
Pagamentos a fornecedores		(7 287 049,48)	(7 929 965,06)
Pagamentos ao pessoal		(888 514,41)	(935 606,98)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(53 006,75)</b>	<b>(159 235,37)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(13 273,50)	(5 341,77)
Outros recebimentos/pagamentos		946 686,17	261 169,32
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>880 405,92</b>	<b>96 592,18</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(2 417,43)	(5 101,17)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(467,06)	(642,17)
Outros ativos		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		37 967,82	1 743,12
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>35 083,33</b>	<b>(4 000,22)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		6 800 198,92	4 389 599,37
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	1 779 231,67
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(6 904 345,54)	(5 212 526,89)
Juros e gastos similares		(813 349,70)	(991 075,72)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(917 496,32)</b>	<b>(34 771,57)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(2 007,07)</b>	<b>57 820,39</b>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	64 316,29	6 495,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	62 309,22	64 316,29

22

Contabilista Certificado

Lebeia MARIA BRASIL Eves

O Conselho de Administração

*[Handwritten signatures of the Board of Directors]*





*Acist*  
*Paul* *Henri*

## ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23





*Handwritten signatures in blue ink.*

## 01 – Introdução

SINAGA Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A., abreviadamente designada por SINAGA, com sede na Rua de Lisboa, nº 75, constituída a 28 de abril de 1968, tem como objeto a exploração das indústrias agrícolas, bem como as indústrias subsidiárias daquelas, podendo criar ou extinguir outras formas de representação social em qualquer ponto do território. CAE rev3: 10810 – produção de açúcar.

SINAGA rege-se pelo seu Estatuto e pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições do Governo Regional relacionadas com a sua atividade.

## 02 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

24

## 03 – Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.



*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Azeite' and other illegible signatures.*

**a) Bases de apresentação e de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

**b) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis da sociedade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF, 1 de janeiro de 2010, a sociedade decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, enquanto as despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos e de acordo com o regime do acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.





*Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Haniel' and 'Jorge'.*

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. A SINAGA deprecia os seus ativos de acordo com a melhor estimativa de vida útil para cada bem ou grupo de bens.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 25
Equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4 - 25
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos fixos tangíveis	4 - 10

26

As despesas subsequentes de substituição de componentes de ativos fixos, incorridas pela empresa, são adicionadas aos respetivos ativos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses ativos abatido e registado como um custo na rubrica de "Outros custos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo, qualquer excesso



*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Hélio' and 'Hélio'.*

das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica "Resultados transitados".

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

### c) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

27

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas contabilísticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.





Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

#### d) Ativos intangíveis

A empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis referem-se à marca "SINAGA", que está mensurada ao justo valor determinado com base na avaliação de um perito independente realizada em 2013.

As marcas, até 2015, não são amortizadas por se considerar que têm vida útil indefinida. Anualmente são sujeitas a teste de imparidade.

28

No ano de 2016 e seguintes são amortizáveis à taxa de 10% ao ano.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela SINAGA necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor dos ativos intangíveis são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

Os ativos intangíveis mensurados ao justo são desreconhecidos na alienação ou quando não se espere benefícios económicos futuros.



As depreciações foram efetuadas sobre o valor de aquisição e revalorizações realizadas em anos anteriores.

#### e) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos de venda e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

29

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão das perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

#### f) Participações financeiras

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes, detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação e classificados como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição (ou em alternativa pelo método da equivalência patrimonial) e são sujeitos a testes de





*Facil*  
*Facil*  
*[Signature]*

imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo.

As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas de grupo e associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

#### **g) Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual).

Os produtos e trabalhos em curso, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos e produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo estimado de produção (inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta e os gastos gerais de fabrico). Ao longo do exercício é utilizado o custo padrão, o qual é ajustado no final do exercício para o custo efetivo.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos que se preveem necessários para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é repostada quando deixam de existir as condições que a originaram.

As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são registadas na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the name 'Jones'.

#### **h) Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando se tornam parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

#### **Clientes e outras contas a receber**

Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de *'factoring sem recurso'*, são relevadas nas demonstrações financeiras até ao momento do seu recebimento.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

#### **Caixa e depósitos bancários**

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.



*Handwritten signatures and initials, including 'Raúl' and 'Funes'.*

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

#### **Fornecedores**

Os saldos de Fornecedores são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

#### **Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere substancialmente do seu valor nominal.

Os encargos financeiros incorridos com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos.

32

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis incorridos até à data em que ficam disponíveis para a utilização são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

#### **Outros ativos e passivos financeiros**

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.





*Handwritten signatures in blue ink, including 'R. Soares' and 'J. Gomes'.*

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e Outras contas a pagar são geralmente registadas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

#### **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

Ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

33

A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **i) Capital social**

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado até 2015. A partir de 2015 o capital social apresentado corresponde ao capital subscrito à data do relato financeiro.

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.





*R. G. Silva*  
*J. M. Soares*

**j) Periodização de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

**k) Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

34

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A SINAGA tenha transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens;
- A SINAGA não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos,
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a SINAGA; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.



O rédito associado com a prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a SINAGA;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possa ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de mercadorias ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

35

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

## l) Subsídios

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e





intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a empresa cumprirá as condições contratualmente assumidas, e que o mesmo será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato, sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

36

#### **m) Benefícios dos empregados**

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

#### **n) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.





Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

**o) Transações em moeda estrangeira**

37

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das operações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

**p) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.



**q) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

**r) Acontecimentos subsequentes**

38

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

**s) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.





*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Abail' and other illegible signatures.*

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### **Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês de entrada em funcionamento do ativo. A empresa faz uma revisão à vida útil e ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

A SINAGA avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. Faz-se uma revisão à vida útil e ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

39

### **Imparidade dos ativos não correntes**

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados.





*[Handwritten signatures in blue ink]*

### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

### **Imparidade dos inventários**

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efetuada do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efetuar a sua venda. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos inventários face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

40

### **Provisões**

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 04 – Fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A SINAGA classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

41

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se como segue:

#### Caixa e seus Equivalentes

	2017	2016
Caixa	2,787.56	23,412.22
Depósitos bancários	81,185.12	44,289.47
	83,972.68	67,701.69
Descobertos bancários	-21,663.46	-3,385.40
	<u>62,309.22</u>	<u>64,316.29</u>





*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## 05 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos.

Foram efetuados diversos reconhecimentos por contrapartida da conta Resultados Transitados, por as dividas se referirem a anos anteriores a 2016:

- Débito de Resultados Transitados por contrapartida de Dividas ao Estado no valor de 1.038.108,47 euros (referente a juros do processo 2992200501008498) e 98.578,24 euros (referente ao processo 2992200801011758);
- Regularização de clientes de produção assegurada no valor de 499.956,50 euros por débito de resultados transitados;
- Regularização de outros credores no valor de 10.000,80 euros por crédito de resultados transitados;
- Por decisão em Assembleia Geral de dezembro de 2017, foi deliberada a transferência das prestações acessórias por crédito de resultados transitados, no valor de 2.034.131,67 euros.

42

## 06 – Partes relacionadas

Em 2015, o capital social da SINAGA, no montante de 1.853.000 euros, é representado por 370.600 ações com valor nominal de 5,00 euros, cada uma.

Em dezembro de 2015, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Sinaga, S.A., seguida de um aumento de capital social para 1.853.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a sociedade Ilhas de Valor, S.A. passou a deter a totalidade do capital social, 370.600 ações (Nota 13).





*R. Aguil*  
*W. Soares*  
*[Signature]*

Em dezembro de 2016 foi aprovado o aumento de capital no valor de 900.000,00 euros, mediante a emissão de 180.000 novas ações com o valor nominal de 5,00 euros cada. O aumento de capital foi realizado pelo acionista Ilhas de Valor, SA em 30% por entradas em dinheiro, o remanescente 70% (630.000,00 euros) foi realizado pelo acionista em 2017.

O capital em 2016 era de 2.753.000,00 euros, representado por 550.600 ações, com valor nominal de 5,00 euros cada.

Em dezembro de 2016 foi deliberado transferir para prestações acessórias os suprimentos efetuados pelo acionista Ilhas de Valor, SA, no montante de 2.034.131,67 euros.

Em 2017, pela Resolução do Conselho do Governo nº 134/2017 de 6 de dezembro de 2017, foi autorizada a transmissão não onerada da totalidade das 550.600 ações da Sinaga, detidas pelas Ilhas de Valor, SA, para a Região Autónoma dos Açores, ficando esta com 100% do capital.

43

Foi também deliberado um aumento de capital social em espécie, mediante a entrada do prédio urbano com artigo matricial 2179, localizado nas Capelas, e com o valor de avaliação de 2.870.320,00 euros (dois milhões oitocentos e setenta mil e trezentos e vinte euros) propriedade do atual acionista Região Autónoma dos Açores, cuja a realização será efetuada em março de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a SINAGA apresentava os seguintes saldos com acionistas e partes relacionadas:



*R. F. F. F.*  
*S*  
*J. F. F.*  
*S. F. F.*

	2017	2016
<b>Cientes</b>		
Região Autónoma dos Açores	0.00	0.00
Empresa subsidiária - Fabrica de Cervejas e R. João de Melo Abreu, Lda	394,861.54	298,061.09
	<u>394,861.54</u>	<u>298,061.09</u>
<b>Fornecedores</b>		
Região Autónoma dos Açores	0.00	0.00
Empresa subsidiária - Fabrica de Cervejas e R. João de Melo Abreu, Lda	100.23	58.03
	<u>100.23</u>	<u>58.03</u>
<b>Accionistas com subscrição</b>		
Empresa mãe - Ilhas Valor SA	0	630,000.00
Região Autónoma dos Açores	2,870,320.00	0.00
	<u>2,870,320.00</u>	<u>630,000.00</u>
<b>Empréstimos</b>		
Região Autónoma dos Açores	0.00	0.00
Empresa subsidiária - Fabrica de Cervejas e R. João de Melo Abreu, Lda	1,400,000.00	1,400,000.00
	<u>1,400,000.00</u>	<u>1,400,000.00</u>
<b>Outros instrumentos de capital próprio</b>		
Prestações acessórias - Ilhas Valor SA	0.00	2,034,131.67
	<u>0.00</u>	<u>2,034,131.67</u>

Os empréstimos da acionista Ilhas de Valor, S.A., em geral são reembolsáveis até ao prazo limite de 5 anos, sem vencimento de juros.

Os empréstimos à empresa Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu, Lda vencem juros semestrais á taxa Euribor a 6 meses em vigor à data de início de cada período de contagem de juros acrescida de 7%, sendo ainda devido a título de encargos 0,4% sobre os juros calculados para o semestre. O reembolso do capital será em 21 prestações semestrais com início em 16 de junho de 2015.

Em 25 de setembro de 2017 foi efetuado um novo acordo para reestruturação dos valores em dívida, prevendo numa primeira fase o pagamento de 5.000,00 euros mensais para amortização dos valores vencidos, bem como, dos juros correntes.



*Raoul*  
*João*  
*João*

Do acordo atrás referido está em dívida pela Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu, Lda. o pagamento da prestação de dezembro acrescido dos juros correntes referentes aos suprimentos efetuados.

## 07 – Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terreno	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
<b>Custo</b>							
Em 1 Janeiro de 2016	16 880 610,17	5 521 835,79	7 218 996,62	405 750,64	123 025,35	118 124,72	30 268 343,29
Adições			4 024,83		1 076,34		5 101,17
Ativo fixo tangível							0,00
Alienações e abates			-1 166,36				-1 166,36
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>16 880 610,17</u>	<u>5 521 835,79</u>	<u>7 221 855,09</u>	<u>405 750,64</u>	<u>124 101,69</u>	<u>118 124,72</u>	<u>30 272 278,10</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Em 1 Janeiro de 2016	0,00	3 769 847,41	5 011 209,50	380 207,79	63 361,74	118 124,72	9 342 751,16
Adições	0,00	11 415,86	318 285,88	5 758,81	2 010,68		337 471,23
Alienações e abates			-331,77				-331,77
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>0,00</u>	<u>3 781 263,27</u>	<u>5 329 163,61</u>	<u>385 966,60</u>	<u>65 372,42</u>	<u>118 124,72</u>	<u>9 679 890,62</u>
<b>Valor líquido 2016</b>	<u>16 880 610,17</u>	<u>1 740 572,52</u>	<u>1 892 691,48</u>	<u>19 784,04</u>	<u>58 729,27</u>	<u>0,00</u>	<u>20 592 387,48</u>
<b>Custo</b>							
Em 1 Janeiro de 2017	16 880 610,17	5 521 835,79	7 221 855,09	405 750,64	124 101,69	118 124,72	30 272 278,10
Adições			425,00		1 992,43		2 417,43
Ativo fixo tangível							0,00
Alienações e abates			-29 958,03	-22 794,85			-52 752,88
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>16 880 610,17</u>	<u>5 521 835,79</u>	<u>7 192 322,06</u>	<u>382 955,79</u>	<u>126 094,12</u>	<u>118 124,72</u>	<u>30 221 942,65</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>							
Em 1 Janeiro de 2017	0,00	3 781 263,27	5 329 163,61	385 966,60	65 372,42	118 124,72	9 679 890,62
Adições	0,00	11 415,86	196 817,81	8 802,29	1 792,94		218 828,90
Alienações e abates			-22 060,92	-22 794,85			-44 855,77
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>0,00</u>	<u>3 792 679,13</u>	<u>5 503 920,50</u>	<u>371 974,04</u>	<u>67 165,36</u>	<u>118 124,72</u>	<u>9 853 863,75</u>
<b>Valor líquido 31 dezembro 2017</b>	<u>16 880 610,17</u>	<u>1 729 156,66</u>	<u>1 688 401,56</u>	<u>10 981,75</u>	<u>58 928,76</u>	<u>0,00</u>	<u>20 368 078,90</u>

As depreciações foram efetuadas sobre o valor de aquisição e revalorizações realizadas em anos anteriores.





R. Quil  
M. F. F. F. F.  
S. S. S. S. S.

A empresa efetuou em 2014 uma revalorização do terreno e edifício, tendo por base o estudo de avaliação do mês de abril desse ano, por perito avaliador de imóveis no que resultou um excedente de valorização de 4.456.688,82 euros.

## 08 – Ativos intangíveis

Durante os anos de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	<u>Outros ativos intangíveis</u>
<b>Custo</b>	
Em 1 Janeiro de 2016	240,000.00
Adições	
Ativo fixo tangível	
Alienações e abates	
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>240,000.00</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>	
Em 1 Janeiro de 2016	0.00
Adições	24,000.00
Alienações e abates	
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>24,000.00</u>
<b>Valor líquido 2016</b>	<u>216,000.00</u>



*R. Façil*  
*15 Janeiro*  
*[Signature]*

<b>Valor liquido 2016</b>	<b><u>216,000.00</u></b>
<b>Custo</b>	
Em 1 Janeiro de 2017	240,000.00
Adições	
Ativo fixo tangivel	
Alienações e abates	
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>240,000.00</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>	
Em 1 Janeiro de 2017	24,000.00
Adições	24,000.00
Alienações e abates	
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>48,000.00</u>
<b>Valor liquido 31 dezembro 2017</b>	<b><u>192,000.00</u></b>

Os ativos fixos intangíveis compreendem a marca "SINAGA", que está mensurada ao justo valor de 240.000 euros, em referência a 31 de dezembro de 2014, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da SINAGA.

Até ao ano 2015 as marcas não são amortizadas por se considerar que têm vida útil indefinida. A partir de 2015 são amortizadas à taxa anual 10%. Anualmente são sujeitas a teste de imparidade.



*Ms R. Araújo*  
*[Signature]*

## 9 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nesta rubrica determina-se como segue:

### Em 31 de Dezembro de 2017

	Mercadorias	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	99 404,38	632 409,68	282 466,06	864 299,44	1 878 579,56
Compras	1 711 756,70	745 066,41			2 456 823,11
Variação da produção		-	-53 806,96	-21 008,68	-74 815,64
Regularizações	-1 372,72	4 672,11	-3 085,11	24 438,82	24 653,10
Açúcar produzido por terceiros		4 137 320,00			4 137 320,00
Custo da matérias consumidas	-1 734 915,27	-4 916 450,84	-	0,00	-6 651 366,11
<b>Saldo final em 31 de Dezembro</b>	<b>74 873,09</b>	<b>603 017,36</b>	<b>225 573,99</b>	<b>867 729,58</b>	<b>1 771 194,02</b>
Perdas por imparidade acumulada	-	-	-132 159,30	-	-132 159,30
<b>Inventário final líquido</b>	<b>74 873,09</b>	<b>603 017,36</b>	<b>93 414,69</b>	<b>867 729,58</b>	<b>1 639 034,72</b>

48

### Em 31 de Dezembro de 2016

	Mercadorias	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	290 236,98	645 016,74	432 052,18	894 332,91	2 261 638,81
Compras	2 061 462,72	718 041,01			2 779 503,73
Correção inventário	-121 036,03				-121 036,03
Variação da produção			-139 265,32	-30 033,47	-169 298,79
Regularizações	649,97	6 730,01	-10 320,80	0,00	-2 940,82
Açúcar produzido por terceiros		4 194 520,00			4 194 520,00
Custo da matérias consumidas	-2 131 909,26	-4 931 898,08			-7 063 807,34
<b>Saldo final em 31 de Dezembro</b>	<b>99 404,38</b>	<b>632 409,68</b>	<b>282 466,06</b>	<b>864 299,44</b>	<b>1 878 579,56</b>

Em 2017 foram reconhecidas perdas por imparidades no açúcar de produção.





*Algarvil*  
*James*

## 10 – Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica classificado no ativo como corrente, resume-se como segue:

	Corrente		Não corrente	
	2017	2016	2017	2016
<b>Clientes</b>				
Clientes C/C	974,760.38	778,378.10	-	-
Clientes factoring	228,864.47	297,467.42		
Clientes de cobrança duvidosa	<u>1,836,552.96</u>	<u>1,837,347.81</u>		
	3,040,177.81	2,913,193.33	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	<u>-1,317,409.01</u>	<u>-817,452.51</u>	-	-
	<u>1,722,768.80</u>	<u>2,095,740.82</u>	-	-
<b>Outros créditos a receber</b>				
Adiantamentos ao pessoal	1,400.00	298.97		
Adiantamento a fornecedores	0.00	0.00		
Fornecedores com saldo devedor	15,310.64	16,735.19	-	-
Acréscimo de rendimentos:				
Outros acréscimos de rendimentos	0.00	0.00	-	-
Outros devedores	<u>304,793.61</u>	<u>189,345.36</u>	-	-
	321,504.25	206,379.52	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	<u>0.00</u>	<u>0.00</u>	-	-
	<u>321,504.25</u>	<u>206,379.52</u>	-	-

49

Em clientes cobrança duvidosa estão valores que não foram registados em imparidades.

Na rubrica Outros devedores está registado a compensação atribuída pela Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente com o objetivo de participar nos trabalhos desenvolvidos pelos serviços agrícolas na campanha de beterraba de 2017, no valor de duzentos e sessenta e um mil euros.



*M. R. Carvalho*  
*S. J. Pereira*

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica Perdas por imparidade teve o seguinte movimento:

	2017	2016
<b>Cientes</b>		
Saldo inicial	817,452.51	799,249.27
Aumentos	499,956.50	18,203.24
Utilizações	-	-
Saldo Final	<u>1,317,409.01</u>	<u>817,452.51</u>

## 11 – Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores em 31 de dezembro de 2017 e 2016 resumem-se como se segue:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Imposto sobre o rendimento</b>				
Pagamentos especiais por conta	25,319.42		12,309.08	
IRC – Retenções efetuadas	936.00	539.45	1,872.00	
<b>Retenção imposto s/ rendimento</b>				
Trabalho dependente	0.00	6,219.00	0.00	6,288.00
Rendimentos profissionais		996.72		675.00
Retenções de terceiros	108,289.73		23,763.72	
<b>Imposto sobre o valor acrescentado</b>				
IVA - a recuperar / pagar	413,732.00	47,583.69	419,452.00	78,256.05
IVA - liquidações oficiosas				
<b>Imposto sobre o alcool</b>		42,115.74		42,351.76
<b>Contribuições para Segurança Social</b>				
Contribuição p/ Seg.Social - normal		48,439.60		1,825,677.87
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		1,747,228.62		0.00
FCT e FGCT		32.42		55.31
Dididas ao estado - processos judiciais		2,043,723.33		1,121,541.58
	<u>548,277.15</u>	<u>3,936,878.57</u>	<u>457,396.80</u>	<u>3,074,845.57</u>



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'R. J. A.', 'J. J. A.', and 'J. J. A.'.*

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquela declaração de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze anos, estando anualmente limitada a 70% do lucro tributável.

Em 31 de dezembro de 2017, existiam dois planos prestacionais aprovados pelo Instituto de Gestão do Regime de Segurança Social, de 150 prestações cada, pagamentos a efetuar até ao ano 2030. Os planos prestacionais têm como garantia a hipoteca do edifício da Sinaga, S.A.

51

Em 2017 o pagamento dos planos prestacionais foi cumprido.

A dívida à segurança social é representada por:

	2017		2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Plano prestacional 16390	1,581,763.82	142,289.64	0.00	0.00
Plano prestacional 125717	17,799.16	5,376.00	0.00	0.00
Contribuição p/ Seg.Social - normal	-	48,439.60	-	1,825,677.87
	<u>1,599,562.98</u>	<u>196,105.24</u>	<u>0.00</u>	<u>1,825,677.87</u>





*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and several names.*

Relativamente à Segurança Social, o pagamento referente às contribuições de novembro e dezembro está em atraso e será integrado no próximo acordo prestacional a ser efetuado com a Segurança Social.

Em 2016 houve o decaimento do processo nº 60/05.8BEPDL em contencioso com os Serviços Aduaneiros desde 2005, no valor de 1.121.541,58 euros, sendo registado na contabilidade apenas o capital em dívida em 2016. Os juros não foram registados por estarem a ser reclamados em tribunal pela Sinaga. Esta situação foi regularizada em 2017 com o registo na contabilidade do valor de 1.038.108,47 euros referente aos juros do processo. O plano prestacional está a ser cumprido.

Em 2017 decaiu o processo 200801011758, também um contencioso com os Serviços da Alfândega, no valor de 98.578,24 euros.

A dívida às Finanças referente aos processos em contencioso é representada por:

	2017		2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Processo 200501008498	1,516,109.09	429,036.00	1,121,451.58	0.00
Processo 200801011758	0.00	98,578.24	0.00	0.00
	<u>1,516,109.09</u>	<u>527,614.24</u>	<u>1,121,451.58</u>	<u>0.00</u>

52

## 12 – Diferimentos

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 compreende:

	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	6,600.95	6,999.10
Outros gastos	0.00	4,033.17
	<u>6,600.95</u>	<u>11,032.27</u>



*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Rafael' and 'Keres'.*

### 13 – Capital realizado, reservas e resultados acumulados

Em 2015, o capital social da SINAGA, no montante de 1.853.000 euros, é representado por 370.600 ações com valor nominal de 5,00 euros, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Ilhas de Valor, S.A., que correspondem a 100% do capital social (370.600 ações).

Em dezembro de 2015, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Sinaga, S.A., seguida de um aumento de capital social para 1.853.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a sociedade Ilhas de Valor, S.A. passou a deter a totalidade do capital social.

Em 2016 foi aprovado o aumento de capital no valor de 900.000,00 euros, mediante a emissão de 180.000 novas ações com o valor nominal de 5,00 euros cada. O aumento de capital foi realizado pelo acionista Ilhas de Valor, SA em 30% por entradas em dinheiro, o remanescente 70% (630.000,00 euros) foi realizado pelo acionista em 2017.

O capital em 2016 é de 2.753.000,00 euros, representado por 550.600 ações, com valor nominal de 5,00 euros cada.

Em dezembro de 2016 foi deliberado transferir para prestações acessórias os suprimentos efetuados pelo acionista Ilhas de Valor, SA, no montante de 2.034.131,67 euros.

Em 2017, pela Resolução do Conselho do Governo nº 134/2017 de 6 de dezembro de 2017, foi autorizada a transmissão não onerada da totalidade das 550.600 ações da Sinaga, detidas pelas Ilhas de Valor, SA, para a Região Autónoma dos Açores, ficando esta com 100% do capital.

Foi também deliberado um aumento de capital social em espécie, mediante a entrada do prédio urbano com artigo matricial 2179, localizado nas Capelas, e com o valor de avaliação de





*Handwritten signatures in blue ink, including the name 'R. Aguiar' and other illegible signatures.*

2.870.320,00 euros (dois milhões oitocentos e setenta mil e trezentos e vinte euros) propriedade do atual acionista Região Autónoma dos Açores.

A rubrica "Reservas de reavaliação" resulta da avaliação do imobilizado corpóreo, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da empresa ou em situações específicas na legislação. As variações ocorridas nesta rubrica estão relevadas no respetivo mapa das demonstrações financeiras.

Em 2014 foi feita uma reavaliação ao terreno e imóvel da Rua de Lisboa resultando uma variação no capital próprio no montante de 4.456.688,82 euros.

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

54

Como indicado na Nota 8, em 2013 foi efetuada uma avaliação da marca "SINAGA" em referência a 31 de dezembro de 2013, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da SINAGA, e que resultou numa variação positiva nos capitais próprios de 240.000,00 euros.

De acordo com o n.º 1 do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), "resultando das contas de exercício ou de contas intercalares, tal como elaboradas pelo órgão de administração, que metade do capital social se encontra perdido, ou havendo em qualquer





*Alfêil*  
*[Signature]*

momento fundadas razões para admitir que essa perda se verifica, devem os administradores requerer prontamente a convocação” da assembleia geral “a fim de nela se informar os sócios da situação e de estes tomarem as medidas julgadas convenientes.”

#### 14 – Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos resume-se como se segue:

	Em 31 de Dezembro de 2017				
	Saldos inicial	Capitais próprios	Reversão	Reclassificação	Saldo final
<b>Passivos por impostos diferidos</b>					
Subsídios para investimento	10 199,98	0,00	8 370,36	1 829,62	0,00
Impostos diferidos - marca	36 288,00	-	4 032,00		32 256,00
	<u>46 487,98</u>	<u>0,00</u>	<u>12 402,36</u>	<u>1 829,62</u>	<u>32 256,00</u>

	Em 31 de Dezembro de 2016			
	Saldos inicial	Capitais próprios	Reversão	Saldo final
<b>Passivos por impostos diferidos</b>				
Subsídios para investimento	18 570,34	-	8 370,36	10 199,98
Impostos diferidos - marca	40 320,00	-	4 032,00	36 288,00
	<u>58 890,34</u>	<u>0,00</u>	<u>12 402,36</u>	<u>46 487,98</u>



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## 15 – Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica classificado no passivo como corrente, decompõe-se como segue:

	Corrente		Não corrente	
	2017	2016	2017	2016
<b>Fornecedores</b>				
Fornecedores C/C	2 667 433,44	2 296 396,30	-	-
	<u>2 667 433,44</u>	<u>2 296 396,30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Outras dividas a pagar</b>				
Pessoal	603,58	389,14		
Cientes com saldo credor	0,36			
Adiantamento de clientes	34,50	77,79		
Remunerações a liquidar	136 669,48	181 099,59		
Juros a liquidar	366 476,50	210 328,55		
O. Credores por acréscimos	8 469,19	27 512,75		
Outros credores	284 038,02	292 571,94		
	<u>796 291,63</u>	<u>711 979,76</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

56

## 16– Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os financiamentos constantes no passivo corrente e não corrente, encontram-se assim repartidos:

	2017	2016
<b>Não Correntes</b>		
Empréstimos Bancários	18,150,503.00	18,629,705.57
	<u>18,150,503.00</u>	<u>18,629,705.57</u>
<b>Correntes</b>		
Empréstimos Bancários	2,431,468.69	1,576,439.88
Descobertos Bancários	21,663.46	301,465.10
Locações Financeiras	20,822.86	202,715.72
	<u>2,473,955.01</u>	<u>2,080,620.70</u>
	<u>20,624,458.01</u>	<u>20,710,326.27</u>



*Abail*  
*Perry Soares*

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os financiamentos discriminam-se assim:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
BPG	54,000.00	72,000.00
BPG - 18071210002	1,650,000.00	1,650,000.00
CEMAH - 2636100001	0.00	4,281,433.55
Santander - 117503330843	6,941,000.00	6,941,000.00
Novo Banco - 0770001971	0.00	1,755,000.00
CA - 48774	4,845,000.00	4,845,000.00
BPG	45,539.93	163,474.02
BIC	198,042.35	254,736.40
CEMAH	4,581,433.55	
Novo Banco	1,869,117.00	
Emp. Não corrente a abater em 2017	<u>-2,033,629.83</u>	<u>-1,332,938.40</u>
<b>Empréstimos Passivo não Corrente</b>	<b><u>18,150,503.00</u></b>	<b><u>18,629,705.57</u></b>
Banco BIC - CCC	0.00	0.00
BCP - CCC	65,000.00	96,000.00
BCP - Factoring	-16,809.51	147,501.48
BCP - 2290708041	261,000.00	0.00
Novo Banco - livranças	88,648.37	0.00
Empréstimos Bancários de longo prazo	<u>2,033,629.83</u>	<u>1,332,938.40</u>
<b>Empréstimos Passivo Corrente</b>	<b><u>2,431,468.69</u></b>	<b><u>1,576,439.88</u></b>
BCP Leasing 400105049	7,199.19	20,465.82
BNP PARIBAS L.SOL. 11300114	13,623.67	18,698.65
Bes Leasing 2061075	0.00	76,451.22
BNP PARIBAS- Leasing	0.00	0.00
BCP Leasing 400103857	0.00	0.00
BES Leasing 2061088	<u>0.00</u>	<u>87,100.03</u>
<b>Locações financeiras</b>	<b><u>20,822.86</u></b>	<b><u>202,715.72</u></b>
Descoberto bancário	21,663.46	3,385.40
Descoberto bancário CEMAH	<u>0.00</u>	<u>298,079.70</u>
<b>Descobertos bancários autorizados</b>	<b><u>21,663.46</u></b>	<b><u>301,465.10</u></b>
<b>Total financiamentos obtidos</b>	<b><u>20,624,458.01</u></b>	<b><u>20,710,326.27</u></b>





*[Handwritten signatures in blue ink]*

## 17 – Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Vendas e serviços prestados tinha a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas		
Mercadorias	1,988,512.98	2,381,414.55
Produtos acabados e intermédios	5,086,594.73	5,072,151.55
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	214,255.62	254,678.30
	<u>7,289,363.33</u>	<u>7,708,244.40</u>
Prestações Serviços	<u>76,721.43</u>	<u>83,215.73</u>
	<u>7,366,084.76</u>	<u>7,791,460.13</u>

Na rubrica de produtos acabados e intermédios está considerado em 2017 e 2016 o valor de 4.607.470,00 euros e 4.671.170,00 euros referente ao contrato “travai à feçon” com uma contrapartida pela rubrica de custos de mercadorias vendidas e matérias consumidas no valor de 4.137.320,00 euros e 4.194.520,00 euros respetivamente.

58

Este foi um contrato pontual, feito com a empresa AB Azucarera Iberia SLU para produção de açúcar, sendo também este açúcar vendido em Espanha à mesma empresa.

## 18 – Subsídios à exploração

A rubrica de Subsídios à exploração em 2017 e 2016 detalha-se como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subsídios à exploração	1,264,755.97	875,653.17
Estado e outros entes públicos	1,264,755.97	875,653.17

Nesta rubrica está incluído o registo da compensação atribuída pela Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente com o objetivo de participar nos trabalhos desenvolvidos pelos



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

serviços agrícolas na campanha de beterraba de 2017, no valor de duzentos e sessenta e um mil euros.

## 19 – Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos detalha-se conforme se segue:

	2017	2016
Fornecimento e serviços:		
Subcontratos	20,955.25	32,230.23
Trabalhos especializados	35,039.83	178,772.78
Publicidade e propaganda	3,805.00	7,274.20
Vigilância e segurança	4,783.97	5,162.85
Honorários	17,302.74	27,597.92
Comissões	293.60	1,123.75
Conservação e reparação	66,821.16	62,470.16
Serviços bancários	93,830.13	48,851.78
Outros	459.54	3,191.47
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5,096.18	6,499.02
Livros e documentação técnica	0.00	7.72
Material escritório	2,618.64	2,452.31
Artigos para oferta	300.00	235.00
Electricidade	89,306.57	96,412.20
Combustíveis	604.90	880.26
Água	8,141.10	8,151.00
Deslocações e estadas	4,334.00	5,764.28
Transportes de mercadorias	65,087.99	56,478.62
Rendas e alugueres	25,944.26	35,664.64
Comunicação	12,823.72	12,967.43
Seguros	27,092.03	27,596.12
Contencioso e notariado	1,482.00	2,725.60
Despesas de representação	586.50	161.70
Limpeza, higiene e conforto	4,181.25	3,775.26
Outros fornecimentos e serviços	4,387.29	4,939.79
	<u>495,277.65</u>	<u>631,386.09</u>



*[Handwritten signatures in blue ink]*

## 20 – Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Gastos com o pessoal detalha-se conforme se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	174,683.92	163,706.48
Remunerações do pessoal	832,931.74	934,004.80
Benefícios pós-emprego	8,624.96	10,993.92
Indemnizações	1,451.64	8,638.72
Encargos sobre Remunerações	219,663.10	237,332.66
Seguro Ac. Trab. e Doenças Prof.	18,065.33	26,475.42
Outros gastos com Pessoal	2,716.40	9,427.11
	<u>1,258,137.09</u>	<u>1,390,579.11</u>

O número médio de pessoas ao serviço da SINAGA durante os exercícios de 2017 e 2016 foi de 77 e 79 em cada ano.

60

As remunerações ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal são:

	2017		2016	
	Administração	C. Fiscal	Administração	C. Fiscal
Remunerações	174,683.92	9,000.00	163,706.48	9,000.00

Não existem quaisquer benefícios de curto prazo, longo prazo, cessação de emprego ou pós-emprego, bem como pagamentos com base em ações.





*Alcides*

*[Signature]*

*[Signature]*

## 21 – Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outros rendimentos e ganhos resume-se como se segue:

	2017	2016
Rendimentos suplementares	110,159.72	69,299.39
Descontos de pronto pagamento obtidos	368.06	133.22
Ganhos em inventários	140,209.50	50,784.17
Ganhos na alienação de ativos tangíveis	30,070.71	1,072.33
Outros rendimentos e ganhos:		
Correções relativas a períodos anteriores	0.00	4,257.65
Imputação subsídios	49,823.57	49,823.57
Outros não especificados	205,677.72	5,045.41
	<u>536,309.28</u>	<u>180,415.74</u>

61

## 22 – Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outros gastos e perdas resume-se como se segue:

	2017	2016
Impostos	90,050.86	86,991.47
Descontos de pronto pagamento concedidos	6,595.42	6,006.10
Dívidas incobráveis	0.00	3,993.68
Perdas em inventários	129,911.19	53,724.99
Outros gastos e perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	48,335.51	42,501.79
Quotizações	330.00	504.00
Insuficiência da estimativa para impostos	263.16	683.89
Multas e penalidades	5,935.67	57,164.83
Outros não especificados	2,930.69	2,902.72
	<u>284,352.50</u>	<u>254,473.47</u>



*M* *Ribeiro*  
*[Signature]* *[Signature]*

### 23 – Juros e rendimentos e gastos similares

Os juros e rendimentos e gastos similares em 31 de dezembro de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

	2017	2016
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Depósitos	0	0
Juros de Financiamentos a associadas	71,417.86	86,678.66
Outros rendimentos	13,694.87	12,474.51
	<u>85,112.73</u>	<u>99,153.17</u>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Financiamentos obtidos	812,654.09	846,996.54
Encargos com descontos de títulos	695.61	35,087.54
Juros de mora e compensatórios	125,194.33	43,074.25
Outros Juros	0.00	1,259.99
	<u>938,544.03</u>	<u>926,418.32</u>

62

Na rubrica Juros de mora e compensatórios estão registados os encargos com os planos prestacionais da Segurança Social.



*R. Paill*  
*[Signature]* *[Signature]*

## 24 - Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Investimentos financeiros</b>		
Investimentos em subsidiárias	209,497.12	209,497.12
Empréstimos concedidos	1,400,000.00	1,400,000.00
Pensões de reforma de pessoal	7,234.13	7,043.27
Outros inv. Financeiros - FCT	<u>2,108.70</u>	<u>1,675.99</u>
	<u>1,618,839.95</u>	<u>1,618,216.38</u>
<b>Imparidades acumuladas</b>	<u>(209,497.12)</u>	<u>(209,497.12)</u>
	<u>1,409,342.83</u>	<u>1,408,719.26</u>

A SINAGA detém uma quota de 15% da Sociedade "Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu, Lda" no montante total de 209.497,12 euros e concedeu um empréstimo de 1.400.000,00 euros.

63

Em 2014, foi constituída uma imparidade no valor de 209.497,12 euros por força do capital próprio da Melo Abreu estar negativo em 2013.

Em 2016 foi reclassificado para a conta 415 outros investimentos financeiros o montante de 7.043,27 euros, por ser um fundo com maturidade superior a 1 ano, referente a duas garantias de pagamento de pensões, que estão na CGD. Este montante foi valorizado ao justo valor originando um valor positivo de 190.86 euros.





## 25 – Responsabilidades contingentes

Valor global dos compromissos financeiros, que não figura no balanço e na medida em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira da empresa.

Descrição do litígio	Valor	Estado Atual	Seguro	Estimativa final de responsabilidades
Contencioso Aduaneiro – Açúcar – Tribunal Tributário do Porto (Processo nº 449/04.0BEPRT)	1.243.660,69	Em recurso	Não aplicável	Em caso de decaimento, o valor indicado será acrescido de 25%
Contencioso Fiscal – Álcool – Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada (Processo nº 79/05.9BEPL)	323.182,48	A aguarda acordo.	Não aplicável	Em caso de decaimento, o valor indicado será acrescido de 25%
Ação Administrativa Especial com pedido de condenação do INGA a notificar à SINAGA a decisão de recuperação das ajudas comunitárias na parte referente à não elegibilidade do açúcar vendido pela SINAGA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada (Processo nº 158/05.2BEPDL)	59.864,14	A aguardar sentença	Não aplicável	Não aplicável
Contra-ordenação Aduaneira Alfândega de Ponta Delgada (Processo nº 14/2005)	De 300€ a 300.000€	A aguardar decisão da Alfândega de Ponta Delgada	Não aplicável	Em caso de decaimento, o valor indicado
Liquidação de IVA – Álcool Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada (Processo nº 103/08.3BEPDL)	44.249,94	Execução suspensa com garantia prestada	Não aplicável	Em caso de decaimento, o valor indicado será acrescido de 25%

64

Os valores acima totalizam um montante de 1.970.957,25 euros, que em caso de decaimento tem um acréscimo de custo para a empresa de mais 25% sobre o valor referido.

À data de 31 dezembro de 2017 existe uma garantia não financeira prestada pelo Santander para efeitos de garantir o conteúdo do entreposto fiscal de álcool a favor das Alfândegas de Ponta Delgada, no montante de 50.000,00 euros.

Contabilista Certificado

Lúcia Maria Brasil Eng

O Conselho de Administração



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

65

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### EXERCÍCIO DE 2017

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A., relativos ao exercício de 2017.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2017, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão, as contas do exercício e a certificação legal das contas.
- 3- Do mesmo modo, nos termos do nº 2 do referido Artigo, o Conselho Fiscal declara a sua concordância com a certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

### **PARECER**

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;

*Dr. João*  
*W. Almeida*



b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão.

Ponta Delgada, 05 de Fevereiro de 2018

O CONSELHO FISCAL



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Presidente e ROC



Celestina Filomena Gonçalves Oliveira (Dra.) – Vogal



Fernando Roberto Arruda de Azeredo Pontes (Dr.) – Vogal



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

68

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião com Reservas**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 29.161.900 euros e um total de capital próprio de 1.104.583 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 821.535 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com Reservas”, parágrafos 1, 2, 3 e 4 e possíveis efeitos parágrafo 5, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A. em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião com Reservas**

1. Em 16 de Dezembro de 2013, foi celebrado um contrato de suprimentos entre a SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A. e a FÁBRICA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES JOÃO DE MELO ABREU, LDA. no montante de 800.000,00 € (Oitocentos mil euros), tendo sido estipulado que o reembolso seria efetuado em 21 (vinte uma) prestações semestrais, com início em 16 de Junho de 2015 e o pagamento dos juros desde 16 de Junho de 2014.





**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Adicionalmente, em 18 de Fevereiro de 2014, foi celebrado novo contrato de suprimentos entre as mesmas empresas, no montante de 600.000,00 € (Seiscentos mil euros), tendo sido estipulado que o reembolso seria efetuado em 21 (vinte uma) prestações semestrais, com início em 16 de Junho de 2015 e a primeira prestação do pagamento dos juros em 16 de Junho de 2014. Assim, o total dos contratos de suprimentos totaliza o valor de 1.400.000,00 € (Um milhão e quatrocentos mil euros), não tendo sido verificado, até à presente data, qualquer reembolso dos mesmos, nem constituída qualquer imparidade, para além do não pagamento dos juros devidos totalizar 313.539 euros, em 31/12/2017.

2. Como indicado na nota nº 25 do Anexo e no Relatório de Gestão, sobre a Sinaga foram instaurados vários processos judiciais, cuja resolução pelos tribunais está em curso, não tendo sido constituída qualquer provisão para fazer face a perdas estimadas no montante de 2.373.731 euros.
3. Face à análise das expectativas de cobrabilidade que realizámos as “Perdas por imparidade acumuladas – Em dívidas a receber” apresentam uma insuficiência de pelo menos 917.038 euros. Porém, a natureza das situações existentes não nos permite ajuizar com segurança e rigor o quantitativo das perdas por imparidade a efetuar.
4. A empresa não procedeu à contabilização dos passivos por Impostos Diferidos referentes a ativos fixos tangíveis – Edifícios revalorizados no montante de 258.771 euros.
5. Por falta de elementos adequados, designadamente de um estudo técnico atualizado de avaliação por peritos independentes, não nos é possível ajuizar sobre o valor atual dos ativos fixos tangíveis, nem concluir sobre a adequacidade do montante das amortizações do exercício e da necessidade, ou não, de efectuar uma amortização extraordinária.



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

**Incerteza material relacionada com a continuidade**


As demonstrações financeiras da empresa apresentam um capital próprio na situação descrita no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

No entanto, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista e da rentabilidade futura das suas operações.

**Ênfases**

1. Uma vez que a sociedade se encontra na situação prevista no Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, devem os membros da administração dar cumprimento ao disposto no referido artigo.
2. Neste exercício, foi deliberado aumentar o capital social em 2.870.320,00 € com a entrada de um prédio urbano sito nas capelas, cuja realização será concretizada em Março de 2018.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.





**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.





**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



**Sócios**

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)  
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 05 de Fevereiro de 2018



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.  
representada por  
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº520)

